

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 20

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e um, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária de Fevereiro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, em substituição do respectivo titular e Joaquim Luis Monteiro de Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a presença dos vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfirio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, José Alberto Martins de Carvalho, Fernando Santos Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas vinte e uma horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos vogais Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Libério da Silva Santos, José Carlos da Silva Neves, Víctor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos,

*[Handwritten signature]*

João Ferreira dos Santos, Olinto da Cruz Ravara e Ester da Conceição Rocha Martins.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados <sup>pelos Vogais</sup> Ester da Conceição Rocha Martins, Manuel Simões Madail e Rogério Mário Madail da Silva, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra o Presidente da Mesa, informou que se vai imediatamente dar início ao período de antes da ordem do dia.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Entretanto deram entrada na sala os vogais Rogério Mário Madail, José Mendes Macedo Loureiro e Jorge Manuel do Nascimento.

Usou da palavra o vogal José Luís Christo, para salientar que a sua intervenção é motivada por dois aspectos - o primeiro prende-se com o falecimento recente do Dr. Orlando de Oliveira. Começando por referir que foi aluno no Liceu José Estêvão do Dr. Orlando de Oliveira e que por experiência própria reconhecia nele um homem exigente, um homem duro, mas um homem que sabia ensinar, que sabia formar, que entusiasmava os seus alunos, ainda que muitas vezes quer como professor, quer como Director do Ciclo, quer como Reitor, não tivesse grangeado muitas simpatias. Prosseguindo, destacou que o Dr. Orlando de Oliveira, foi um homem que mais agarrado aos valores culturais da pessoa humana do que aos bens materiais, esteve ligado a grandes lutas, eventualmente conjugando esforços no sentido de Aveiro vir a ser dotado como foi de estabelecimentos de ensino como a escola do Magistério Primário, Instituto Comercial, Conservatório de Música e Universidade. Muito embora não sendo de Aveiro, salientou que o Dr. Orlando de Oliveira, foi uma das pessoas que se pode reconhecer sem favor, que foi um Aveirense do coração, que amou a terra onde trabalhou e viveu, que lutou pelo seu engrandecimento. Lastimando que outras lutas em que ele se envolveu como aquela que dizia respeito a uma verdadeira e autêntica regionalização, em que Aveiro fosse inserida numa região com poder de decisão para resolver os problemas da Ria, do Concelho, do Distrito, etc., não tivesse sido conseguida durante a sua vida. Os seus méritos foram já reconhecidos pelo Município de Aveiro, que lhe atribuiu a medalha de ouro. Finalmente e presumindo interpretar o sentimento de toda a Assembleia propôs a aprovação de um voto de pesar.

Prosseguindo, referiu que um outro motivo o levou também a pedir a palavra e que muito embora reconheça que nestas Assembleias Municipais devam ser tratados essencialmente assuntos ligados ao Município de Aveiro, há acontecimentos de âmbito Internacional que tocam a todos nós e como tal têm motivado já intervenções nesta Assembleia por parte do referido vogal.

3.

À luz desta filosofia, disse não poder deixar passar esta oportunidade para manifestar o seu regozijo pelo fim das hostilidades no Golfo. Finalmente considerou não ser este o local próprio onde se deva discutir se a guerra foi justa ou injusta, se houve vencedores ou vencidos, não é isso que interessa - o que de facto importa é que as hostilidades tenham terminado, pelo que formulou o seguinte desejo: - "queira deus que esta guerra insensata não venha a causar mais prejuízos no futuro".

Neste momento deu entrada na sala o vogal Arlindo Bastos.

Seguidamente usou da palavra o vogal Custódio Ramos, para no seguimento da intervenção anterior se congratular também com a cessação das hostilidades no Golfo e ao mesmo tempo associou-se ao voto de pesar pelo morte do Dr. Orlando de Oliveira.

Prosseguindo, e uma vez que se está a falar de figuras importantes de Aveiro, considerou que nem só a intelectualidade merece aqui ser recordada - disse entender que também os homens do povo, como António Campos Graça, merecem figurar nesse lote de pessoas a quem a cidade muito deve. Citando Bartolomeu Conde, disse "tratar-se sobretudo do homem que ao longo da vida em constante vigilância foi gravando no celuloide as crenças da cidade", mudança/transformação/ festa ou acontecimento. É portanto esta figura de Aveirense, que deixou à Cidade um dos mais preciosos arquivos histórico/fotográfico dos últimos cem anos. Em suma, considerou que pelos aspectos referidos António Graça, merece esta singela evocação e merece certamente a graça de o continuarmos a ter na memória pela forma que a edilidade julgar mais conveniente. Assim, apelou ao Executivo Municipal, para que pense na forma de o evocar convenientemente, designadamente através do pelouro da Cultura. Finalmente sugeriu também aprovação de um voto de pesar à família enlutada.

Continuando no uso da palavra, solicitou esclarecimentos relativos ao deficiente fornecimento de águas; esclarecimentos também relativos ao facto da tradicional Feira dos 28, estar a morrer lentamente em consequência da falta de espaço. Para quando se prevê também a confirmação dos trabalhos da nova Biblioteca Municipal.

Falando sobre o edifício recém construído no Largo da Apresentação, referiu que é com certa mágoa que olha para o edifício que a Câmara prometeu manter com a traça original. Disse também não fazer mais comentários, prometendo apenas que durante o seu mandato vai citar sempre este exemplo para memória de todos os Aveirenses, pois entende que é bom que se avive a memória, porque de facto se há aberrações nesta cidade aquele exemplo é uma delas.

.4.

Finalmente solicitou ainda esclarecimentos, relativos ao projecto de jardins situado entre os "comboios amarelos", uma vez que disse ser de opinião, que o dinheiro que está a ser gasto com aqueles trabalhos, poderia ter mais utilidade, quando aplicado noutros objectivos.

Neste momento deram entrada na sala os vogais Victor Cepeda Mangerão, Rogério da Silva Leitão e João Tavares Duarte.

Entretanto deu também entrada na sala o vogal Vitor Manuel da Silva Martins.

Seguidamente usou da palavra o vogal Celso Gomes, para no seguimento das informações anteriores, se congratular também com a cessação das hostilidades no Golfo. Conflito de âmbito mundial, que afectou e afecta todas as Nações, em grau porventura diferenciado, mas que na generalidade todos foram afectados.

Considerou por isso, que como membros da humanidade que somos, nos devemos regozijar com o facto do conflito ter terminado.

Continuando no uso da palavra abordou seguidamente uma questão que tem a ver com as Auatrquias e que se transcreve: - "A evolução positiva, que todos desejamos, do nosso sistema democrático passará necessariamente por processos de democracia mais participada e mais directa. E, os chamados poder local e poder regional têm e poderão ter um papel fundamental no desenvolvimento dos referidos processos.

É incontestável o que o país tem ganho com a acção das Auatarquias em várias vertentes: social, cultural, económica e outras.

Como membro desta Assembleia Municipal regozijo-me e creio que todos nós nos devemos regozijar com a vontade, disponibilidade e esforço que os partidos políticos em geral, mas não só eles - utilizando apostas, métodos e propostas distintas - estão manifestando no sentido de ver acrescidas as competências e capacitações financeira e operacional das Autarquias para que elas com mais ânimo, saber e responsabilidade possam realizar mais e melhor obra útil.

Todavia a matéria em causa é politicamente delicada. Quem detêm o poder, seja quem for e como é natural e compreensível, não gosta de o passar de mão, mesmo parcialmente que seja, de ânimo leve. Será necessário muito estudo, ponderação e diálogo envolvendo os poderes políticos instituídos directamente interessados.

Há que, para concluir, aguardar com confiança, uma revisão adequada da Lei de Finanças Locais."

Seguidamente usou da palavra o vogal Nuno Tavares, para expressar em nome da bancada do P.S.D., sentimentos de pesar pelo passamento do

J. V. Thury .5.

Dr. Orlando de Oliveira. Considerou tratar-se de uma figura que no domínio da educação, revelava ideias claras e profundas, sendo portanto uma pessoa de quem Aveiro se pode e deve legitimamente orgulhar.

A finalizar a sua intervenção, referiu-se ao mau estado de conservação do asfalto, nas várias artérias da cidade, pelo que apelou ao Executivo, para que numa altura que entender oportuno, provavelmente após a época das chuvas, reveja o problema, tendo em vista a comodidade e segurança dos automobilistas.

Usando também da palavra o Vogal Cruz Tavares, começou por referir que se associava ao voto de pesar que o Dr. José Luis Chisto e o seu colega de bancada Dr. Nuno Tavares, expressavam em relação ao falecimento do Dr. Orlando de Oliveira.

Salientou que teve o privilégio de contactar com ele durante alguns anos como aluno; desse contacto recorda-se sempre da figura de pedagogo de amigo, um homem que a vida amargurou e que nem sempre pôde ultrapassar na sua relação com os amigos a marca dessa amargura. Foi um homem que no entanto amou a sua terra, lutou pelo seu prestígio e a ela dedicou o melhor da sua inteligência, da sua dedicação e da sua tenacidade, por tal facto expressou o desejo de que esta Assembleia vote um voto de pesar unânime, feito nos termos que se transcreve: - "A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua primeira reunião após o falecimento do antigo professor e Reitor do Liceu Nacional de Aveiro, Dr. Orlando de Oliveira, expressar públicamente o seu profundo pesar pelo desaparecimento de uma figura que sempre lutou pelo seu engrandecimento, prestígio e bom nome da sua terra, à qual dedicou grande parte da sua vida, quer como pedagogo e reitor respeitado, quer como interventor permanente na discussão e resolução de muitos problemas da nossa cidade.

A este ilustre Aveirense fica Aveiro credora da homenagem à altura da obra que deixou realizada".

Apresentada a proposta supra à Mesa da Assembleia, passou a exprimir a sua opinião sobre três assuntos que considerou fundamentais: - o primeiro foi a eleição Presidencial, à qual esta Assembleia não teve ainda a oportunidade de se referir a este acontecimento da maior importância no contexto nacional e local. Como elemento da Comissão de honra do M.A.S., saudou a vitória alcançada, que significou a vitória da tolerância, a vitória de uma ideia universal de liberdade e a vitória do optimismo, tão significativas numa época e num País onde ainda existe muita intolerância, onde há correntes de pensamento ainda vigorosas que desejam impôr uma liberdade condicionada ao Povo Português e onde existe historicamente um sentimento nacional generalizado de miserabilismo. Por isso, pelas razões expostas, regozija-se pela vitória alcançada pelo Sr. Presidente da República.

Continuando no uso da palavra, referiu-se à guerra do Gallo, classificando este conflito de verdadeira catástrofe a nível mundial. O mundo assistiu atônito, que ainda era possível usar a violência com os mesmos argumentos que estiveram na base há 40 anos do eclodir da II Guerra Mundial; argumentos como direitos históricos, necessidades de espaço vital e outras coisas semelhantes. Finalmente verificou-se que o argumento mais concreto era pura e simplesmente uma forma expedita de pagar numa dívida - isto ocasionou uma guerra à escala Internacional. Felizmente que hoje podemos congratularmo-nos com o terceiro evento a que se referia - foi exactamente o fim dessa guerra e a vitória que significou o uso da força, neste caso o uso da força mais poderosa até hoje reunidas no nosso planeta, porém legitimada e usada segundo o mandato de instâncias superiores do Direito Internacional - No caso concreto as Nações Unidas - foi uma vitória sobre o fanatismo, sobre a mentira, sobre a manipulação, sobre um povo mantido na maior desinformação e na maior das misérias. Considerou finalmente que todos devemos meditar no significado profundo desta vitória e nas consequências que irão trazer nos próximos decênios.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Armando Vieira que começou por lastimar que tenha que apresentar nesta Assembleia uma questão que se refere a uma entidade que não tem qualquer representação nesta Assembleia, porém disse pensar que a Câmara Municipal de Aveiro, terá de alguma forma ligação ao problema. Acontece que ultimamente, tem sido alertado para o facto da E.D.P., estar a eliminar postos de luz, não só na freguesia de Oliveirinha, mas também em outras freguesias do Concelho Rural. Considerou a atitude da E.D.P., discricionária, em relação à Zona urbana, pois se a iluminação pública no concelho rural já era deficiente, considera que agora piorou. Disse existirem também protestos enormes por parte das populações com a atitude da E.D.P.. Aliado a este facto acresce ainda, que os funcionários da E.D.P. ao serem interrogados sobre o que se está a passar, endossam a responsabilidade para o Presidente da Junta Local. Considerou muito grave este tipo de procedimento, uma vez que os Presidentes de Junta nada têm a ver com o problema. Finalmente, apelou ao Executivo para que desenvolva démarches junto da E.D.P. para repôr aquilo que já existia nas freguesias rurais, isto é, pontos de iluminação nos respectivos postos, sem quaisquer intervalos.

Tomando a palavra o Vereador Victor Silva, disse que existe um acordo entre a E.D.P./Câmara Municipal, no sentido de: - A partir das 24 horas, nas Zonas Rurais e a partir da 01 hora, na cidade, reduzir em 50% a intensidade de Luz. Todavia, considerou tratar-se de um problema que extravasa a competência da Câmara Municipal; entende no entanto que a própria Assembleia se deve pronunciar, podendo de alguma forma dar força à Câmara sobre uma eventual posição a tomar.

*[Handwritten signature]*

Usando novamente a palavra o Presidente da Assembleia, anotou a intervenção e considerou-a como uma recomendação à Mesa, para que aquela entidade no sentido de solucionar o problema a bem das freguesias rurais.

Seguidamente usou da palavra o Vogal António Salavessa, que começou por referir que para além de se solidarizar com as intervenções já aqui ocorridas no que diz respeito ao fim das hostilidades da guerra do golfo, a questão fundamental da sua intervenção tem de facto que ver com um volume muito grande de questões relacionadas com o poder local; iniciativas legislativas de vários partidos políticos que estão na Assembleia da República relacionadas exactamente com o poder local. Porém disse não partilhar da opinião que todas elas visam o mesmo objectivo - isto é, que todas visem o aumento das competências, em suma, aumento das possibilidades do poder local exercer as suas competências e os seus direitos parecendo mesmo haver indícios nalguns aspectos, de que há limitações ao exercício do poder local democrático.

Todavia, um dos aspectos centrais desta problemática, prende-se com a disponibilização de meios financeiros às autarquias e com a iniciativa concreta da apresentação de uma lei das finanças locais, a qual deve passar necessariamente pela participação na sua elaboração a Associação Nacional de Municípios, uma vez que considera que só a Assembleia da República, sem a participação no próprio processo de elaboração da Associação, pode ser um caminho demasiado curto para as necessidades do poder local no que diz respeito aos meios financeiros para o poder local.

Prosseguindo, salientou que o P.C.P., por seu lado defende que as questões dos meios financeiros das autarquias devem ser vistos globalmente tendo em conta já o Orçamento para 1992, e que não se deve proceder de forma apressada nesta matéria sem que haja uma base conjunta de trabalho apoiada no grupo da Assembleia da República designado para o efeito e da própria Associação de Municípios.

No conjunto das iniciativas que estão na Assembleia da República, há alguns aspectos que o referido vogal, reputou de particular importância, senão vejamos: - Assistiu-se recentemente a dois aumentos relativamente próximos, do custo dos transportes na cidade de Aveiro; assistiu-se também ao aumento das tarifas da água. E quando diz "assistiu-se", é mesmo disso que se trata - não se pôde fazer mais que assistir! isto porque, tendo já sido em tempo competência das Assembleias Municipais, a fixação das respectivas tarifas, posterior alteração legislativa retirou essa competência de aprovar tarifas às Assembleias Municipais, em favor das Câmaras Municipais. Dai, que considerou, que uma vez que haverá uma mexida significativa na legislação referentes às competências do poder local, seria oportuno devolver

*[Handwritten signature]*

essa competência às Assembleias Municipais, a exemplo da possibilidade que a lei confere no que respeita à aprovação ao Plano de Actividades, pelas Assembleias Municipais.

Usou seguidamente da palavra o Vogal João Peixinha, para referir a má sinalização existente na nova variante entre Aveiro/Momodeiro, que não ajuda de modo nenhum o automobilista que nela circula, causando-lhe antes vários contratemplos. Considerou que a Câmara Municipal pode ter uma intervenção neste aspecto, isto é, solicitando à entidade responsável pela sinalização daquela via, que faça as correcções que se impõem, dotando-a de sinalização adequada.

Prosseguindo, salientou também que a constuição daquela variante, visou fundamentalmente diminuir o fluxo de trânsito no interior das localidades, porém para se conseguir este objectivo disse tornar-se necessário eliminar as antigas placas indicativas das localidades, desviando assim o trânsito do interior das mesmas.

A finalizar, apelou à Câmara Municipal para que tome medidas no sentido de não permitir o estacionamento de veículos automóveis, em frente da passagem que vai da Galeria do Vestuário, para a Av.ª Peixinho, atendendo a que é uma passagem de grande movimento de peões e que está constantemente bloqueada por automóveis estacionados à saída.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para referir que "em dia de reconhecimento ao mérito dos que da vida fizeram hino aos valores maiores, queria lembrar também aqui a passagem do aniversário da morte do aveirense Zeca Afonso, do qual disse orgulhar-se ter sido aluno e companheiro".

Prosseguindo a sua intervenção e considerando que o poder local deve estar atento à qualidade de vida das populações, pretendeu esclarecimentos relativos à percentagem da população, cujo saneamento tem ligação à rede existente.

Relativamente à higiene e salubridade, considerou inestéticos e ao mesmo tempo impeditivos de um bom escoamento das águas, os detritos provenientes das várias obras de construção civil, que são despejados em vários locais da cidade, tornando-se necessário tomar precauções para que tal não se verifique.

No que se refere à segurança rodoviária, alertou para a existência de um poste situado na faixa de rodagem de acesso a Vilar e situado muito perto dos Serviços da E.D.P., com graves inconvenientes para o trânsito, tornado-se urgente a sua remoção.

Seguidamente alertou para a necessidade de se reverem os locais de paragem de autocarros, considerando que existem locais de paragem, que por diversas circunstâncias deixaram de ser operacionais criando por vezes



situações de embaraço ao trânsito local, citando a título de exemplo a passagem junto às instalações da Caixa de Crédito Mútuo, em Vilar, cujo local é extremamente perigoso tanto para os utentes dos autocarros, como para o trânsito que circula nessa artéria.

Continuando no uso da palavra, referiu-se mais uma vez à carência de áreas de lazer na cidade onde visitantes e residentes locais possam confraternizar.

A terminar, e já que a Câmara Municipal não tem qualquer projecto, chamou atenção para a necessidade de se eliminar a passagem de peões na Ponte de Praça, junto ao Banco Foncesas & Burnay, considerado que a supressão desta passagem, beneficiaria a circulação do trânsito na cidade, na ordem dos 50%.

Referiu também a necessidade de se colocarem plantas topográficas em vários locais da cidade, com vista a elucidar-se o visitante, dos locais mais importantes do ponto de vista turístico; sugerindo a falta de melhores locais, as próprias paragens de autocarros para a fixação dessas plantas.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para passar a ler o seguinte documento: - "Em Eixo, no lugar da Alagoela existem tanques de lavagem de roupas e um fontanário, património muito antigo e ainda hoje actual e necessário aos residentes locais. No verão passado em Julho, na altura da estiagem a água que abastecia os tanques deixou de correr. Desloquei-me ao local e verifiquei que as captações que se situam no Vale dos Pinheiros, a cerca de 800 metros de distância se encontravam avariadas proválvelmente devido às raízes das árvores daninhas que existem no local. O assunto foi de imediato comunicado à Câmara Municipal de Aveiro, que fez deslocar ao local um técnico que comigo calcorreou a Zona. Da mesma maneira a Junta de Eixo, enviou um ofício pormenorizado pedindo medidas urgentes e apresentando até três soluções para o caso. Após isto deslocou-se ao local o Sr. Eng<sup>o</sup>. e também o Sr. Vereador Coronel Martinho, que mais uma vez correu a pé a zona inteirando-se do problema em toda a sua amplitude. Passou o tempo e alguns meses depois foi ao local o Sr. Eng<sup>o</sup>. dos Serviços Municipalizados, salvo erro o Sr. Eng<sup>o</sup>. Roque, que algum tempo depois emitiu a sua opinião através de um ofício, sendo então de parecer que deveria ser construído um poço e colocado um motor eléctrico monofásico com depósito. Como o tempo foi passando sem resultados visíveis a Junta a pedido muito insistente dos residentes voltou a levantar o problema junto do Sr. Vereador Coronel Martinho, que disse que o Sr. Eng<sup>o</sup>. Maia deveria apresentar a proposta anteriormente referida.

Foi então informado o Sr. Eng<sup>o</sup>. Maia, nesse sentido: o certo é que até ao momento nada feito, o Fontenário e os Lavadouros permanecem ácerca de nove longo meses sem água, inoperacional. A população vai castigando a Junta! dizendo que esta nada faz; um desses cidadãos, por sinal bem referenciado politicamente, até porque mantém negócios muito estreitos com a Câmara, recoreu ao jornal, fazendo politica baixa contra a minha pessoa. Começo a acreditar que o prolongamento do tempo em resolver este problema esteja na base do interesse de alguém em denegrir a minha imagem. Se não for assim, peço ao Executivo Camarário, que através do seu Informativo, assuma as suas responsabilidades em todo este caso, salvaguardando a imagem da Junta; dizendo ao povo que a Junta nada tem a ver, nem tem responsabilidades neste caso. Há um grupo de pessoas em Eixo, dispostas a vir apresentar o seu protesto à Câmara. Este é o primeiro ponto que eu desejo apresentar à Câmara. O outro ponto prende-se com a iluminação pública. Como o Sr. Armando Vieira disse, fui surpreendido há dias com uma equipa da E.D.P. a retirar lâmpada sim lâmpada não na minha freguesia. O certo é que há algum tempo para cá, cerca de seis oito meses, tenho vindo alertar e a pedir à Câmara a colaboração da Câmara para ser beneficiada a iluminação pública na área da freguesia, até porque a iluminação pública de Eixo, na sua grande parte é iluminação antiga com grandes espaços, que à noite se encontra completamente às escuras. Até parece que andam a gozar comigo! então ao fim destes protestos todos, deste pedidos todos, vão-me tirar lâmpada sim, lâmpada não da freguesia?. As pessoas vão para a junta e protestam!, eu quero apresentar aqui o meu mais vivo protesto sobre este problema! não é assim que se resolve os problemas! se há que fazer uma politica de economia acho que ela deve começar pela cidade, para dar o exemplo. Tenho dito".

Tomando a palavra o Vogal Custódio Ramos, pediu o seguinte esclarecimento: - Foi pedido que fosse posto à votação um voto de pesar pela morte de Dr. Orlando de Oliveira. A questão que se coloca é a seguinte: - quando falece uma personalidade Aveirense, colocar à votação um voto de pesar, disse presumir que não tem sido praxis desta Assembleia e porventura pode colocar problemas de vária índole que talvez não importa explicitar; daí que tendo o Vogal José Luís Christo, sido a primeira personalidade aqui presente que evocou o facto, tendo outras bancadas aderido à sua ideia, o proponente da votação não mais fez do que repetir o que já havia sido dito.

Entende portando, em sua opinião pessoal, que não seria de levar a efeito a votação sobre o texto apresentado, na medida em que se torna evidente que toda a Assembleia se associa a esse voto.

Ainda no uso da palavra, perguntou se porventura os oradores que usaram posteriormente da palavra, também se associam ao voto de pesar

*Handwritten signature: António Graça*

que a bancado Socialista formulou, relativamente ao falecimento do Sr. António Graça? isto porque afinal as pessoas aderiram a um e não aderiram a outro! Considerando por isso que tal tipo de atitude pode criar susceptibilidades, daí que solicita à Mesa para que de facto atente bem nas consequências deste tipo de votações.

Usando da palavra o Presidente da Mesa, considerou que esta não tem alternativa - há um texto e duas propostas de voto de pesar apresentados à Mesa; de modo que, a não ser que a Assembleia entenda o contrário a Mesa tem que submeter à votação as propostas apresentadas; porém se a Assembleia entender que não é necessário, também não será o seu Presidente que levantará problemas, disse.

Novamente no uso da palavra o Vogal José Luis Christo, disse não se opôr ao texto proposto pelo Vogal Cruz Tavares. Seguidamente aproveitou para em seu nome e em nome da bancada do C.D.S., se associar ao voto de pesar do Aveirense também ilustre, Sr. Graça.

Proseguindo, referiu o seguinte:- é certo que as pessoas notáveis como o Dr. Orlando Oliveira, não necessitarão de ver o seu nome ligado a um arruamento da Cidade para que a sua lembrança não se apague da memória. Porém sendo habitual em Portugal e em Aveiro, de algum modo levar a que os vindouros recordem figuras notáveis quanto a do Dr. Orlando de Oliveira, sugeriu à Câmara Municipal para que através da Comissão Municipal de Toponímia, se perpetue o nome do Dr. Orlando de Oliveira, com um nome de uma Rua da Cidade.

Finalmente e a proposito de noticias publicada na imprensa diária de que no I.P.5, se prevê ou está em fase de estudo o projecto para a construção de Estações de Serviço de apoio ao I.P.5; alertou para o facto da concretização deste tipo de infraestruturas nas mediações da zona de captação de águas do "Carvoeiro", pôr em causa uma luta tremenda da região relacionada com as captações de água do Carvoeiro. Salientou também que não consegue compreender que haja uma descordenação de Serviços da Administração Central que leve por um lado a que se defina aquele local para captação de águas para todo o distrito de Aveiro e por outro lado se ponha os interesses de algumas pessoas, eventualmente gasoleiros ou ainda eventualmente algumas empresas estatais de gasolina, a pôr em causa de forma definitiva a Estação de Captação de águas do Carvoeiro. É o alerta que faz!

Imediatamente a seguir e antes de dar a palavra ao Executivo Camarário o Presidente da Mesa, consultou a Assembleia, no sentido de saber se algum dos deputados presentes se opõe às palavras do Vogal Custódio Ramos, no sentido de que seja transmitido à família enlutada, quer do Dr. Orlando de Oliveira, quer do Sr. António Graça, um voto de pesar por unanidade.

Feita a consulta nenhum dos presentes se opôs, pelo que a Mesa em tempo oportuno dará conhecimento do facto às respectivas famílias.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo.

Usou da palavra o Presidente da Câmara, que começou por referir aspectos relacionados com a carência de abastecimento de água à cidade. Salientou que tal facto foi consequência de um acidente grave e imprevisível na principal captação de água (Furo JK3), acidente esse que provocou algumas dificuldades de abastecimento de água à cidade. Continuando no uso da palavra, disse tratar-se de uma captação que é responsável só por si <sup>por</sup> um abastecimento na ordem dos 60%, presumindo-se que o acidente tenha sido provocado por desprendimento, eventualmente de argilas, que soterraram todo o equipamento e assorearam o fundo, inutilizando assim a captação.

Tal situação, levou a que os Serviços Municipalizados, emitissem um comunicado esclarecendo as populações de que no minimo seriam necessários quinze dias para repôr o funcionamento do furo. Salientou também, que foi mercê da colaboração dos esforços de muita gente de muitas entidades, que foi possível recuperar todo o equipamento e pôr de novo o furo a funcionar - dessas entidades, destacou o B.I.A.; E.D.P.; Hidrobomba e elogiou especialmente o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores dos Serviços Municipalizados, que não se pouparam a esforços tendo em vista a resolução do problema.

Restabelecido o Abastecimento de água, está-se a trabalhar numa nova captação, na Rua Mário Sacramento, em Aveiro; estando-se também simultaneamente a tentar localizar um novo local para a captação, significando isto, que no próximo Verão haverá quatro novas captações, cujo investimento envolverá <sup>verbas</sup> na ordem das dezenas de milhares de contos. Assim a Câmara está convicta e tudo fará para que no próximo Verão não haja hiatos no abastecimento de água.

Relativamente aos arranjos paisagísticos situados entre os "Comboios Amarelos", o Sr. Presidente, esclareceu que os mesmos são da responsabilidade do IGAPHE, bem como as respectivas verbas.

No que se refere à questão que se prende com o despejo de detritos numa zona localizada da cidade, (Zona dos novos arruamentos situados atrás da Fabricas Campos), admitiu que os mesmos provocam de facto mau aspecto, no entanto esta situação resulta da necessidade de se aterrar toda aquela faixa que <sup>vai</sup> da linha do caminho de ferro, até aos novos arruamentos, no entanto a Câmara irá providenciar no sentido de mandar nivelar os aterros.

A terminar e no que se refere a mercados, disse que neste momento uma das grandes prioridades do Executivo, é pôr a funcionar o Mercado

Abastecedor; para tanto estão-se a ultimar os acessos, referindo também algumas dificuldades no que se refere à mudança de instalações da Cooperativa Agrícola de Aveiro/Ílhavo.

Neste momento saíram da sala os Vogais Cabral Monteiro e Victor Martins.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Vitor Silva, referindo-se à questão que se prende com a localização de uma Estação de Serviço na Zona de captação de águas do Carvoeiro, considerou a preocupação manifestada pelo Vogal José Luis Christo, pertinente. Esclareceu que, a situação apontada foi alvo já de vários protestos por parte de todas as Assembleias Municipais e respectivas Câmaras, que compõem a Associação de Municípios de Carvoeiro.

Acresce ainda o facto da referida captação se situar no Concelho de Águeda, cuja autarquia aderiu posteriormente à constituição da Associação de Municípios do Carvoeiro, por entender que também é de todo o interesse para o Concelho de Águeda a sua adesão e por isso não faz muito sentido, que a Câmara Municipal de Águeda esteja agora a pretender licenciar a construção de uma Estação de Serviço, num local que é antagónico ou que colide com os interesses da Associação, na medida em que pode eventualmente darem-se derrames de óleos ou carburantes e cuja localização na I.P.5, pode efectuar-se dez ou vinte quilómetros distantes daquele local. Assim a notícia publicada na imprensa, resulta em parte do repúdio manifestado pela Associação de Municípios do Carvoeiro, pela pretendida localização da Estação de Serviço, naquele local.

A terminar e relativamente à ligação à rede de saneamento público dos esgotos domésticos, esclareceu que tem sido norma da Câmara, esclarecer os munícipes no sentido de efectuarem as respectivas ligações à rede pública. Nos casos em que as habitações são servidas por rede pública de saneamento, como forma de pressionar a ligação, a Câmara não permite que a cisterna móvel de recolha de esgoto, faça serviço nessas zonas, obrigando assim os interessados a recorrerem à respectiva ligação.

Neste momento saiu da sala o Vogal José Luis Christo.

Usando também da palavra o Vereador Martinho Pereira, abordou vários problemas de trânsito nomeadamente aquele que se prende com a má sinalização na nova variante Aveiro/Mamodeiro. Considerou tratar-se de facto um caso confrangedor, que revela desconhecimento relativamente à melhor indicação a dar ao automobilista quanto à direcção a tomar, concluindo portanto que só quem desconhece Aveiro é que pôde fazer tal tipo de sinalização-imputou responsabilidades à J.A.E., que efectivamente sinalizou sem pedir quaisquer esclarecimentos a entidades que poderiam dar uma ajuda valiosa, concretamente a autarquia aveirense.

No que se refere a problemas de estacionamento, referiu que a colocação dos parcometros na Av<sup>a</sup>. Peixinho, conseguiu atingir o objectivo pretendido, na medida em que se conseguiu arranjar espaço para estacionar. No entanto disse reconhecer que o problema do estacionamento não fica totalmente solucionado, havendo portanto que encontrar soluções, com vista à resolução do problema.

Relativamente à circulação de peões na Ponte Praça, considerou que se trata de facto de um problema grave, e que muito embora a Câmara tenha pensado seriamente no assunto, não foi possível ainda encontrar uma solução que atenuie os problemas de trânsito naquele local.

No que se refere à circulação das Pirâmides, que dá acesso às praias, disse que o trânsito naquele local está condicionado pela conclusão das obras da J.A.E..

A terminar e relativamente à questão suscitada pelo responsável da Junta de Eixo, considerou que dada a diversidade dos problemas, devem os mesmos serem tratados directamente na Câmara Municipal.

Neste momento saíram da sala os Vogais Victor Mangerão e Nuno Tavares.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Celso Santos, para no âmbito da questão suscitada pelo eventual desaparecimento da Feira dos 28, referir que de facto não há razão que tal se venha a verificar, dado que o número quer dos feirantes, quer de pessoas interessadas nos produtos que ali se vendem, não têm diminuído, bem pelo contrario têm aumentado. Assim e dentro desta perspectiva, considerou que na construção de um futuro Parque de Exposições, pode bem ser contemplada a criação de um espaço destinado à dinamização da Feira dos 28.

Relativamente à Biblioteca Municipal, informou que os trabalhos não estão parados, prosseguem no interior, porém têm surgido alguns problemas de ordem estrutural, que obrigaram <sup>a alguns</sup> novos estudos que á partida não estavam previstos os quais consequentemente têm atrasado um pouco os trabalhos.

A terminar salientou que, relativamente à colocação de cartões com o roteiro da cidade, foram dadas já instruções no sentido de reservar alguns "Mupis", para a sua colocação.

Referiu também que a Comissão de toponímia, irá estudar a sugestão dada no sentido de atribuir o nome do Dr. Orlando de Oliveira a uma artéria da cidade.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para pedir um esclarecimento relativo à Variante Cacia/Aveiro, dado que pareceu-lhe depreender das palavras do Sr. Presidente, que havia uma certa preocupação com a questão que se prende com a Municipalização de algumas estradas no

no concelho de Aveiro.

Prosseguindo, referiu que a Variante, nasceu há umas dezenas de anos e houve uma figura ilustre que já não pertence ao número dos vivos (Dr. Vale Guimarães), que disse na altura que aquela seria a futura Avenida Central da Cidade. Naturalmente que toda a gente está de acordo com este ponto de vista, a cidade está a expandir-se para o lado da Variante e conseqüentemente há todo um processo natural de municipalização daquela artéria. Saliou também que para além deste processo natural, deram-se alguns passos inclusivamente legais no sentido de municipalizar aquela via (há um protocolo com a J.A.E., etc.)

Todavia, referiu que parece transparecer um certo receio pelas municipalizações. Por outro lado está-se a consentir num processo que está ao arrepio da ideia preconizada por Vale Guimarães. - isto porque, quando se colocam separadores na Variante, quando se eliminam determinados cruzamentos; em vez de por exemplo se construírem passeios, aumentar-se a ocupação, <sup>da variante</sup> está-se ao contrário a contribuir com medidas que tornam aquela variante numa via de características de trânsito rápido. Continuando no uso da palavra, perguntou pelo projecto da via de cintura afastada?, que esse sim, daria em definitivo o passo no sentido da integração daquela Variante. Como a grande Avenida da Cidade.

A terminar, disse concluir que se está a caminhar no sentido errado, entendendo por isso que o Executivo deverá tomar uma atitude em relação a esta matéria.

Dado que não se registaram <sup>mais</sup> intervenções o Presidente da Mesa, considerou encerrado o período de antes da ordem do dia.

Imediatamente a seguir submeteu à votação da Assembleia as seguintes ACTAS:

ACTA Nº. 12 - Submetida à votação da Assembleia, mereceu aprovação por vinte e cinco votos a favor e um abstenção.

ACTA Nº. 13 - Submetida à votação da Assembleia; mereceu aprovação por vinte e quatro votos a favor e duas abstenções.

Esta acta foi aprovada, devendo ser aditado ao ponto nº. 7, da sessão ordinária anterior, o essencial da discussão travada.

ACTA Nº.14 - Submetida à votação da Assembleia, mereceu aprovação por vinte e três votos a favor e três abstenções.

Seguiu-se numa declaração de voto do Vogal João Tavares, nos seguintes termos: "Abstive-me na acta nº. 13 e nº. 14, pela simples razão de que fiz várias interveções e nenhuma delas vem na acta".

Tomando a palavra o Presidente da Mesa, considerou não ser prática desta Assembleia omitir as intervenções, no entanto aconselhou o Sr.

João Tavares, para que junto dos Serviços de Apoio à Assembleia, consultasse e referenciasse a sua intervenção nas gravações.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir, que se estão a promover reuniões de trabalho nas Juntas de Freguesias, nas quais participam os Vereadores, funcionários ligados à Secção Técnica, bem como os responsáveis pelas respectivas Juntas, tendo como objecto abordar e discutir a execução do Plano de Actividades. Este tipo de reuniões tiveram lugar já em algumas freguesias, esperando-se que até finais de Março, esteja concluindo todo o concelho.

Informou também, que relativamente às autorizações de pagamento dos duodécimos às Juntas de Freguesia a Câmara acertou com as mesmas o pagamento entre os dias vinte e trinta de cada mês. Admitiu que no ano transacto tivesse havido de facto alguns atrasos resultantes da situação financeira da Câmara; todavia a Câmara tem recuperado e neste momento atravessa já uma fase de equilíbrio, embora com algumas restrições, com alguns cuidados que é necessário ter, mas que vai permitir de facto a entrega dos respectivos duodécimos nas datas já referidas.

No que se refere às vias de Acesso a Aveiro, deu nota da abertura do troço Mamodeiro/Aveiro, presumindo também que se esteja a fazer o estudo para a continuação deste troço até ao nó da Auto Estrada, em Mamodeiro. No âmbito do esquema da rede viária de Aveiro, acessos e respectivas saídas, salientou a complexidade dos vários empreendimentos que terão lugar num futuro próximo e que virão colmatar determinadas lacunas nomeadamente no que se refere à melhoria de acessos, bem como às entradas e saídas da cidade. No que respeita à Circular de Esgueira, informou que a parte que cabe construir à Câmara Municipal, está praticamente concluída, faltando apenas a iluminação e a colocação de alguns lancis. Relativamente à municipalização de vias, aproveitou para esclarecer que nos vinte e oito quilómetros de vias a municipalizar, não está incluída a Variante Cacia/Aveiro; dado que neste momento a J.A.E., considerou que a Variante ainda é parte integrante da rede fundamental que liga o Porto à Figueira da Foz, não propondo por isso a municipalização da Variante nesta fase.

Prosseguindo, referiu que na área do desporto, é objectivo da Câmara, concluir as piscinas, prevendo-se também a inauguração do Centro



de Juventude . Informou ainda, que decorrem a bom ritmo as obras de construção do Pavilhão de S. Bernardo, cujo custo global é suportado pela autarquia em 40%; prevê-se também o início da Construção do Pavilhão do Galitos, bem como do Pavilhão do Inatel.

No campo da acção social, decorre neste momento a construção dos Centros Sociais, nas freguesias de Aradas, S. Jacinto, Eixo, S. Bernardo, Nariz, etc. Relativamente à Habitação Social, referiu que o complexo de Santiago teve alguns problemas de ordem financeiras, todavia foram ultrapassados, prevendo-se por isso a conclusão definitiva para o mês de Julho. O empreendimento do Caião está também concluído; está-se a negociar um novo empreendimento para aquela Zona na ordem dos cento e cinquenta fogos, na modalidade de contratos de desenvolvimento. É também intenção da autarquia promover a construção de mais duzentos e seis fogos nas várias freguesias, todavia este projecto está dependente de luz verde da Administração Central, para o arranque dos primeiros fogos ainda no decurso deste ano.

Continuando no uso da palavra, abordou a problemática que se prende com os resíduos sólidos e também com a grande pressão que se faz sentir na autarquia por parte de algumas companhias ligadas à comercialização de equipamento para tratamento de resíduos sólidos, muito embora considere tal equipamento de certa utilidade, entende que neste momento deve haver uma certa cautela por parte da Câmara na sua aquisição.

Seguidamente deu nota também da futura instalação em Aveiro de um Hipermercado.

No que se refere a novas Zonas Industriais, informou que a Zona Industrial de Mamodeiro, implica a aplicação imediata de cento e cinquenta mil contos sob pena de se perderem os fundos comunitários, os concursos estão a ser lançados, há uma procura muito grande por parte dos industriais interessados em implantar as suas indústrias naquele local, neste momento toda aquela área, encontra-se já comprometida com pedidos de instalação, não chegando portando a área ocupada a satisfazer metade dos pedidos de instalação.

Nesta zona, pretende-se também instalar o Instituto de Desenvolvimento e Tecnologia, cujos fundadores são a Universidade de Aveiro, o D.N.E.T.I., Associação Industrial de Aveiro, tendo a Câmara Municipal aderido também.

A terminar a sua intervenção, disse ainda, ter sido adjudicada a Passagem Inferior do Vale do Barrega, cujas negociações para o estabelecimento de um protocolo, decorrem com a C.P.. Retomaram-se os trabalhos da Jerónimo Pereira Campos; procedeu-se ao lançamento de Escolas C+S; no que respeita ao apoio social à Terceira Idade, pretende-se apoiar fortemente alguns lares, nomeadamente o Lar Metodista do Paço, bem como a Misericórdia

de Aveiro, que já possui uma Quinta no Lugar da Moita, em Oliveirinha, em óptimas condições para um grande estabelecimento do género, tendo a Câmara Municipal oferecido o projecto, no sentido de que as obras tenham início ainda este ano. Referiu que o mesmo tipo de apoio será extensivo também ao Centro Paroquial e Social da Freguesia da Glória, cujo projecto é do mesmo modo oferta da Câmara.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal José Luis Christo.

Seguiram-se vários pedidos de esclarecimento, nomeadamente dos vogais: João Tavares, para perguntar se o projecto da circular de Esgueira, não contempla a passagem de peões das Agrads do Norte, para Esgueira, na medida em que as populações residente nas Agrads, manifestaram já um certo receio pelo encerramento das actuais vias de acesso.

Do Vogal Armando Vieira, que pretendeu saber se no desenvolvimento da construção da via de cintura afastada, as freguesias atingidas por esse estudo, vão ser ouvidas antes da conclusão do projecto; uma vez que considera de extrema importância que isso aconteça.

Do Vogal António Salavessa, para pedir esclarecimentos relativos a uma questão tratada em reunião de Câmara, que se prende com a criação da ASRIA; quis saber quais os seus estatutos, o que os mesmos prevêem, e ainda qual o entendimento da Câmara acerca da necessidade ou não de tal matéria ser apreciada por este órgão deliberativo.

Do Vogal Manuel António, para solicitar esclarecimentos relativos à zona envolvente do Mercado Abastecedor, concretamente se a referida zona será objecto de arranjo imediato, ou se apenas se fará o acesso à zona da Forca.

Relativamente às Piscinas, pretendeu saber qual a entidade que irá administrar a Piscina de 50 metros.

A terminar pretendeu saber também qual a localização do Pavilhão do Inatel, bem como do Galitos. No que se refere à Pista de Atletismo, pretendeu saber quais os motivos que estão a dificultar a sua concretização.

Do vogal Joaquim Abreu que começou por dizer o seguinte:  
 - "Se bem compreendi o Sr. Presidente da Câmara referiu-se a uma via estruturante que vai ter à Zona Industrial de Eixo; não será altura de se pensar uma vez que cada vez é mais premente a construção da Variante a Eixo? será que essa via que vai à Zona Industrial não prossegue até encontrar na 230, ultrapassando Eixo? será que essa via tem carácter nacional ou municipal? não seria melhor tornar essa via nacional? para não haver construções dentro dos limites legais para haver uma certa protecção a essa via?"

Por outro lado referiu ainda que quando tomou contactos com o P.D.M., apercebeu-se de que o nó que vai ser implantado, junto do Campo de Futebol de Azurva, contrariamente a um acordo que houve, onde esteve presente, não contempla a saída natural do Bairro do "Cabeço Serrano". Disse ter sugerido nessa reunião do P.D.M., que esse nó que ultrapassava a linha do Caminho de Ferro, fosse construída uma estrada onde pudessem passar viaturas ou dava acesso ao Caminho de Ferro e automaticamente àquele aglomerado. A finalizar quis saber se o acordo que a autarquia fez consigo, ainda se mantém.

Deu entrada na sala o Vogal Victor Mangerão.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Jorge Nascimento que começou por referir que saiu em tempo uma Lei que dava à Universidade de Aveiro, a possibilidade de expropriar uma vasta área na Zona de Santiago. Posteriormente constou-lhe que a Câmara fez também um plano de ocupação daquela Zona em sintonia com a Universidade, na medida em que este estabelecimento de ensino, prescindiu a dada altura de expropriar determinadas Zonas. Na sequência disso, houve pessoas que fizeram pedidos de viabilização de construção; outros obtiveram licenças de construção, encontrando-se algumas dessas construções em adiantada fase de acabamento; e outros ainda, mercê da viabilidade de construção, têm o projecto praticamente concluído; porém a certa altura a Câmara não pôde dar a completa aprovação desses projectos, alegando que faltava rever o Plano de ocupação de Santiago. Considerou a situação caricata posto que a Universidade já tinha prescindido da ocupação de determinadas áreas, não vendo muito bem porque é que o impasse se mantém.

A finalizar a sua intervenção, perguntou se o Plano já está de facto revisto? qual o papel da Universidade nisto e a que título a Universidade tem a ver com esse Plano? e se está ou não para breve algum entendimento entre a Câmara e a Universidade que possa desbloquear este tipo de situações?.

Neste momento entrou o vogal Nuno Tavares.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que de facto existem neste momento na Zona da Universidade algumas situações que trazem alguma preocupação às pessoas mas que entretanto estão a ser ultrapassadas. Acontece que a dada altura foi feito um Plano da Universidade, do qual a Câmara teve conhecimento; esse Plano previa que numa Zona junto da Rua da Pêga, houvesse uma pequenina Zona que na Planta estava bem demarcada e que não seria objecto de expropriação sistemática da Universidade

Com a extinção do Fundo de Fomento de Habitação, passou a expropriação na Zona de Santiago, para a responsabilidade da Universidade de Aveiro. Posteriormente a Universidade alterou o Plano inicial, nomeadamente

naquela área que se situa junto à Rua da Pega e que estava demarcada na planta como zona a não expropriar, considerando que aquele espaço deveria também ser integrado na Universidade. Trata-se portanto de uma alteração à posteriori! Entretanto como o Plano inicial não afectava aquela Zona a Câmara Municipal licenciou construções para aquele local. Posteriormente a isto a Universidade, faz publicar no Diário da República um diploma que engloba toda aquela zona como espaço a expropriar pela Universidade. Consequentemente, isto veio gerar um certo mal estar nos proprietários que entretanto tinham concluído ou estariam em fase de conclusão as construções que tinham sido previamente licenciadas antes da referida publicação.

Prosseguindo, considerou tratar-se de uma questão que será ultrapassada; neste momento disse que os conflitos situam-se mais a nível de novos arruamentos e respectiva incidência. Informou também que ficou marcada uma reunião com o Reitor da Universidade, para se discutir problemas de ordem técnica, para que não surjam novamente naquela área novos conflitos.

Relativamente à Pista de Atletismo, referiu que há um protocolo assinado pela Câmara Municipal e a Associação de Atletismo, todavia o problema que se tem deparado é o facto do espaço destinado à Pista de Atletismo, inserir-se numa Zona cuja responsabilidade de expropriação, pertence à Universidade, que também tem tido algumas dificuldades na respectiva expropriação. Porém salientou, que logo que esteja disponível o terreno para o efeito, a Câmara cumprirá a parte que assumiu no protocolo.

No que se refere às Piscinas disse nada estar definido de concreto quanto à sua gestão, é seu entendimento que não deve ser a Câmara Municipal a gerir as mesmas, muito embora deva fazer parte dessa gestão, não deve ser a responsável directa.

Seguidamente referiu que o início do acesso ao Mercado Abastecedor, na Zona do Bairro do Vouga, é de facto para servir primeiramente este Mercado, bem como a Central de Camionagem.

Acesso às Agrads do Norte, disse tratar-se de um problema que preocupa a Câmara, estando o Executivo a desenvolver diligências no sentido de se encontrar uma solução que mantenha o referido acesso.

Tomando a palavra o Vogal Joaquim Abreu, solicitou esclarecimentos relativos a um estudo que foi entregue na Câmara, e que preconizava a eliminação das passagens desniveladas na Freguesia de Eixo.

Retomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, esclareceu não ter conhecimento desse estudo e consequentemente não existe nada de concreto sobre a referida matéria. Comprometeu-se porém a deslocar-se a Lisboa com aquele responsável pela Freguesia de Eixo e colocar lá o problema no organismo respectivo.

Saiu da sala o Vogal Manuel Arede de Jesus.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Victor Silva, para referir que no âmbito do projecto do I.C.I., as Juntas afectadas por este traçado, irão ser ouvidas, podendo assim pronunciar-se sobre os problemas resultantes deste novo itinerário.

Relativamente ao eixo estruturante a que se referiu o Vogal Joaquim Abreu, salientou que se trata de um projecto municipal, está incluído no P.D.M. (Plano Director Municipal). Por outro lado referiu que é também intenção da Câmara incluir este empreendimento num projecto intermunicipal, na medida em que o mesmo irá servir os Concelhos de Águeda e Albergaria, no que respeita ao escoamento do tráfego rodoviário.

Sairam da sala os Vogais Elias Vieira e Victor Martins.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Celso Santos, para esclarecer que relativamente à ASRIA - Associação para o Desenvolvimento da Ria, esta surge por proposta da empresa Cires, de Estarreja, sendo motivada pela necessidade daquela empresa pretender construir o seu próprio pipe-line. Para obter Fundos Comunitários, essa Associação tem que ser considerada de utilidade pública e para tanto implica o envolvimento das próprias autarquias. A proposta foi feita às Câmaras de Aveiro, Estarreja, e Albergaria-a-Velha, no sentido de darem o seu "agrément" à criação dessa Associação. Esclareceu ainda que a Câmara ao dar o seu aval, não envolve qualquer tipo de comparticipação financeira, há apenas uma participação efectiva, no sentido de permitir que o projecto se desenvolva, para que posteriormente possa ser submetido à apreciação e aprovação de fundos comunitários.

Imediatamente a seguir e relativamente à questão suscitada pelo licenciamento de uma Estação de Serviço-Auto, para a Zona de captação de águas do Carvoeiro, o Vogal Jorge Nascimento, apresentou à Assembleia, uma proposta de voto de protesto que se transcreve:

"Proposta de voto de protesto:

A Assembleia Municipal de Aveiro, acompanhante é vivamente interessada no projecto de captação de água do Carvoeiro, destinado ao abastecimento de vários municípios, no qual estão comprometidos mais de três milhões de contos, manifesta a mais profunda preocupação pelo facto de ter sido autorizada a instalação de uma Estação de Serviço em local da I.P.5, susceptível de inutilizar o aproveitamento daquele projecto de captação de água potável.

Formula, por isso, um voto de protesto.

E mais do que protesto, espera que este problema seja devidamente reponderado de modo a que a Estação de Serviço seja instalada noutra local da I.P.5 onde não cause prejuizos aos municípios que integram

a Associação de Municípios do Carvoeiro".

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, que começou por considerar útil aparecer na análise do problema uma opinião minimamente técnica. Dentro dessa linha, referiu que numa área de serviço do género existem dois perigos potenciais - um deles está relacionado com a eventual disseminação no terreno de oléos provenientes das respectivas viaturas que procedem à sua substituição - o segundo potencial perigo prende-se com uma eventual ruptura nos depósitos de carburantes. Analizando as probabilidades de ocorrência de um acidente em cada um dos casos, salientou que relativamente aos oléos residuais, está inventado há largas dezenas de anos um sistema simples que se chama "caixa separadora de óleos", que aplicada em qualquer esgoto faz a separação da água do óleo, podendo ao mesmo tempo ser facilmente removida. Assim e em relação a este perigo considerou que a probabilidade de ocorrência do acidente é praticamente nula.

No que se refere ao segundo aspecto, eventual ruptura num depósito com o conseqüente derrame de combustível, destacou que ainda não foi relatado nenhum acidente do género que tivesse passado despercebido mais do que algumas horas. Isto porque as Estações de Serviço, estão dotadas com marcadores de nível e automaticamente quando se dá uma ruptura muito forte, esses indicadores detectam imediatamente. Considerando mesmo a hipótese de que se derramaram alguns milhares de litros no subsolo, é muito pouco provável que esse derrame vá atingir as nascentes ou os drenos abastecedores de um complexo hídrico com as dimensões do Carvoeiro, que vai ser alimentado numa grande área. Em síntese, considerou que o problema levantado é um pouco um "fantasma" que se levanta, é também relacionado um pouco com o facto de ser moda levantar problemas ambientais por tudo e por nada. Todavia aprecia a coragem com que alguns problemas relacionados com o ambiente foram levantados e resolvidos, porém e no caso em apreço trata-se de uma simples Estação de Serviço e como tal é de opinião que não se deve embarcar numa certa "ingenuidade" de por tudo e por nada inventarem-se catástrofes ecológicas. "Deve-se de facto estar atento aos atentados ecológicos, todavia não se deve embarcar em exageros".

Usando da palavra o Vogal Vitor Mangerão, começou por considerar que a Assembleia não tem na sua maior parte conhecimento do que se está a passar; por outro lado, referiu que praticamente ninguém desta Assembleia sabe sequer onde fica o "Carvoeiro" e muito menos o local onde a referida Estação de Serviço vai ser implantada. Por tal facto entende que o mínimo que é exigível em termos de decoro para esta Assembleia é de que não se vote seja o que for, sem que previamente os proponentes da proposta tragam fundamentação suficiente para esclarecimento dos deputados. Tendo em vista a discussão consciente do problema.

Seguidamente usou da palavra o Vogal António Salavessa, para discordar das opiniões emitidas, entendendo que em relação a um assunto desta importância, mesmo que os riscos sejam poucos, mesmo que as probabilidades sejam pequenas, a Assembleia Municipal pode e deve tomar já uma posição no sentido de alertar as entidades competentes, para que esses riscos mínimos não existam, na medida em que está de facto em causa o abastecimento de água a uma vasta zona do distrito de Aveiro.

O Vogal Custório Ramos expressou também a mesma opinião, referindo que votará favoravelmente a proposta apresentada.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação a proposta em apreço, tendo a mesma merecido aprovação por dezoito votos a favor, cinco contra e três abstenções.

Seguram-se várias declarações de voto, sucessivamente dos vogais:

Vitor Mangerão, nos seguintes termos: - "mantenho exactamente a posição que assumi, quando da discussão. Acho que esta Assembleia e por isso votei contra - não contra a proposta em si em termos de fundos, porque poderia votar favoravelmente esta proposta. Tenho que dizer que votei contra porque saio daqui convencido de que contra aquilo que tem sido costume, esta Assembleia votou sem conhecimento de causa".

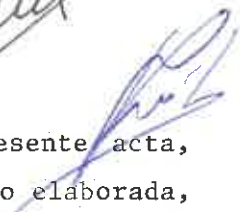
Armando Vieira, nos seguintes termos: - "para além das razões aduzidas de carácter técnico, voto contra porque o autor da proposta reconhece que desconhecia a localização da Estação de Serviço em questão".

Tomando a palavra o Presidente da Mesa, perguntou ao autor da proposta se efectivamente desconhecia o local? Tendo o Vogal Jorge Nascimento respondido que conhece exactamente o local. Salientando ainda que mesmo que assim não fosse, esse facto não o impediria de forma nenhuma de apresentar a proposta, uma vez que se trata de um problema público."

Cruz Tavares, nos seguintes termos: - "votei contra, porque a proposta vai ao arrepio de todos os dados técnicos existentes sobre este assunto e pareceu-me exagerado a forma como patenteou a preocupação por um perigo que não me parece existir".

José Luis Christo, nos seguintes termos: - "o meu voto é a favor e aliás foi até uma preocupação minha que terá dado origem a isto, porque as notícias que eu tinha que não eram muitas efectivamente, mas foram-me esclarecidas aqui, era de que há muita gente ligada directamente ao projecto do Carvoeiro, que está absolutamente consciente dos problemas e que tem protestado".

Dado o adiantado da hora o Presidente da Assembleia, deu por



encerrada a presente reunião.

Eram, 00,30 minutos do dia 1 de Março.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinda pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.